

O projecto educador de Garrett no semanário O Cronista (1827)

Ofélia Paiva Monteiro

Abstract. This article presents a crucial moment in Portugal's history through the late 1820s writings of a seldom-remembered youthful Garrett. These texts appeared in *O Cronista*, a weekly journal for which Garrett was the sole editor and main contributor during its six-month existence from March to August 1827. It was a time when Portugal experienced budding liberalism that, following the granting of the Constitutional Charter in April 1826, confronted Absolutist opposition until its overturn in 1828. Ofélia Paiva Monteiro demonstrates that the role of *O Cronista* was to present a mature and analytical reflection on the current weekly events, fully and boldly aware of the necessity of the nation's public opinion to support the regime. Drawing from Garrett's social, political, cultural, literary and educational considerations, Ofélia Paiva Monteiro makes reference to fundamental trends that will guide ideologically Garrett's later work. She emphasizes Garrett's call for a national literature and a re-evaluation of contemporary projects. As such, this reading of *O Cronista* not only illuminates Garrett's intellectual thought at a watershed in Portuguese history, but also connects these journalistic writings to other well-known Garrettian texts.

Ficou célebre o livro que ao século XIX dedicou em 1922 o escritor francês Léon Daudet, um tradicionalista inflamado de linguagem particularmente corrosiva: *Le stupide XIX siècle*. Quem o ler—e muitos admirativamente o

fizeram em Portugal ao longo do chamado “Estado Novo” (lembro o Cardeal Cerejeira ou o historiador João Ameal)—encontrará, a justificar o polémico título, uma acusação contundente dos programas regeneradores que se sucederam ao longo de Oitocentos e do confiante “cientismo” que se foi impondo: tanta militância tivera por saldo estéril—clamava Daudet—deixar abalada a solidez das crenças e dos pilares do edifício público.

Todos nos distanciamos hoje deste extremismo simplista. Que o País sofreu nessa centúria perturbações de toda a índole, entre entusiasmos por vezes ingénuos e inoperantes, oportunismos perversos e resistências às sucessivas ideologias do progresso, por convicção, inércia ou interesse, mostra-o a História; também ela diz que dessa inquietação emergiu, porém, o Portugal moderno, porque as ações e reações que se deram, tantas vezes violentas e atabalhoadas, foram construindo, mesmo se tortuosamente, um “caminhar.” Desta marcha para diante cheia de tropeços é esclarecedor o juízo que Garrett formulava em 1849 a propósito das reformas—“radicais e tremendas,” diz ele—que Mouzinho da Silveira elaborara em 32, nos Açores, sob a regência de D. Pedro: lançando o País no caos, porque—e vou citando o Escritor—“a terra, a indústria, a família, a governação, a administração, toda enfim a constituição material e social do Reino” fora “revolvida de alto a baixo por essas leis formidáveis,” devia-se-lhes o terem desferido “os golpes cércos no tronco velho e caduco” da Nação (*Obras completas* II: 438). “Se há futuro para nós, há-de vir por ali,” afirma vigorosamente Garrett, que continua:

Hoje nos achamos entre um passado impossível depois daquelas leis—entre um futuro tremendo porque é obscuro, insondável e de nenhum modo preparado—e com um presente tão absurdo, tão desconexo, tão incongruente, tão quimérico, tão ridículo enfim, que se a perspectiva não viesse, como vem, tão cheia de lágrimas, seria para rir e tripudiar de gosto ver como vivemos, como nos tributamos, como nos administramos, como somos enfim um povo, uma nação, um reino!

E vem, não há dúvida, diretamente vem daquelas leis o nosso estado. Sim vem, porque a abolição dos forais, a extinção dos dízimos, porque a divisão da autoridade fiscal, administrativa e judicial queriam outra ordem de política, de governo, de tudo. Queriam emendas e melhoras progressivas no sistema, queriam simplificadas as formas, queriam severidade na vigilância, rigor nos métodos, e coerência, sobretudo, coerência, concordância, lógica e harmonia nos diversos

ramos da governação do Estado. E nós temos andado às apalpadelas na obscuridade, descrevendo o mais vicioso dos círculos, entre o velho e o novo [...]. Circunvagamos a aridez do deserto, corremos após miragem e miragem: - água para esta sede não a há, nem maná para esta fome. (*Obras completas* II: 438-9)¹

Foi longa a citação, mas terá valido a pena recordar estas palavras enérgicas, um tanto esquecidas, que expressivamente desenhavam as dificuldades do País para se construir numa “ordem” sustentada—e retomam imagens do mesmo texto—por “tábuas da lei” que o afastassem decisivamente do “Egipto do antigo regímen” onde lhe era “impossível demorar mais” (*O.C.* II: 438-9).

Julguei de algum interesse dedicar a minha intervenção a pôr precisamente em relevo, com a ajuda de um pouco lembrado Garrett ainda jovem, mas que já agudamente pensava Portugal, um dos momentos em que o País mais andou “às apalpadelas na obscuridade,” entre “o velho e o novo,” acentuando a corajosa luta que o Escritor travou, no papel moderno do intelectual-cidadão, em prol das causas que julgou esteios do país progressivo e pacífico que desejava ver Portugal tornar-se na “balança da Europa.”² Corresponde esse momento, muito breve, ao tempo que medeia entre a outorga por D. Pedro IV da Carta Constitucional, em 29 de Abril de 1826 (D. João VI, seu pai, falecera havia pouco, em 10 de Março), e a tomada do Poder, em 1828, do infante D. Miguel, seu irmão, exilado desde 1824 em Viena, por ter acaudilhado a reacção absolutista que, logo em 1823, com a Vilafrancada, levava muitos liberais—entre eles Garrett—a buscarem protecção no estrangeiro. Um semanário de que o Escritor foi praticamente redactor único—*O Cronista*, lançado em 4 de Março de 1827 para calar-se no Agosto seguinte—constitui a base onde fundamentalmente buscarei a visão que desse tempo convulso, em que o liberalismo tentava sobreviver perante a clara ascensão absolutista, teve um Garrett de 28 anos, recém-chegado do exílio graças à atmosfera aliviada pela outorga da Carta³ e já autor de obras que lhe tinham dado alguma notoriedade: os poemas *Camões* e *D. Branca*, saídos em Paris (1825 e 1826, respectivamente); o *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*, publicado na mesma cidade em 1826, como introdução ao *Parnaso lusitano*, antologia poética em cuja organização participara; os ensaios *Da Europa e da América e de sua mútua influência na causa da civilização e da liberdade*, aparecido em 1826, em Londres, no jornal *O Popular*,⁴ e *Carta de guia para eleitores em que se trata da opinião pública*, do mesmo ano, já

publicado em Lisboa. Forçoso me será, porém, convocar com frequência outro jornal que de pouco precedeu *O Cronista* e o acompanhou na morte—o diário *O Português*, iniciado em 30 de Outubro de 1826—, já que na sua fundação e redacção teve Garrett também um papel importante, ao lado de amigos de longa data (Paulo e Luís Francisco Midosi, Joaquim Larcher, António Maria Couceiro e Carlos Morato Roma).⁵

Lembro esquematicamente, para situar um pouco mais o lançamento dos dois periódicos, que a Carta Constitucional, suporte de um regime moderado, fora outorgada a partir do Brasil, por D. Pedro, seu Imperador, no contexto da abdicação da coroa lusa, que por direito de primogenitura lhe pertencia, em sua filha Maria—a futura D. Maria II—, sob uma condição que se queria apaziguadora das dissensões entre absolutistas e constitucionais, agudizadas desde o vintismo: a de vir a pobre menina de sete anos a casar, quando núbil, com o tio, D. Miguel, que seria nomeado Regente após juramento da Carta. Em Julho de 1827, teve esse juramento lugar na capital austríaca, o lugar geométrico do absolutismo europeu, onde o Infante se encontrava exilado; e a 26 de Fevereiro de 1828, foi solenemente repetido em Lisboa por D. Miguel, elevado pois à Regência do Reino, com promessa de cumprimento integral das disposições de seu irmão. Tão claros sinais se vinham, porém, manifestando de que o retorno ao País de quem fora o caudilho da reacção traria o regresso da ordem antiga e duras perseguições aos seus adversários, que muitos destes nem esperaram para de novo buscarem refúgio no estrangeiro verem a concretização do que temiam—a usurpação do Trono por D. Miguel, em Julho de 1828, sustentada na súplica que lhe haviam dirigido os representantes dos três Estados reunidos nas Cortes extraordinárias por ele convocadas havia um mês.

Entre os prófugos estavam Garrett e Luísa Midosi, sua esposa, que já sulcavam o mar, em Junho, rumo a Inglaterra. Boas razões para ser prudente tinha o Escritor: ao seu passado vintista, bem conhecido da polícia, que o dava por homem perigoso,⁶ somara-se, sob o regime da Carta, uma entrega total ao esclarecimento da “opinião pública” em prol da “regrada liberdade,”⁷ que concitara, pela isenção e pela firmeza, a acrimónia dos que desejavam o absolutismo e nas próprias estruturas do poder se alojavam. *O Cronista* cessa de moto-próprio em 14 de Agosto de 1827, pouco após o juramento da Carta por D. Miguel em Viena; no seu último fascículo, que reúne os números XXIV, XXV e XXVI, o Redactor, ou seja, Garrett, justifica, em nobres e destemidas palavras dirigidas “Ao público,” a decisão de calar-se:

Não cabendo nas forças do redactor do *Cronista* contrastar os obstáculos invencíveis que se opõem à publicação dele, e tendo de optar entre a sua consciência e a absoluta supressão deste semanário, não hesitou na escolha. Ele declara e protesta perante o público [...] que nem o temor nem respeitos humanos de nenhuma espécie o fazem abandonar o campo em um momento em que a luta se trava mais decisiva, em que a realeza e a liberdade legítimas estão talvez no último e mais decisivo ataque das forças inimigas.[...]

Vejo porém já agora que o meu empenho e meus esforços de nada podem servir; as dificuldades da censura avultam de dia a dia; os perigos de escrever redobram; não me desanimara isso: mas desanima-me a inutilidade de escrever. E nem ainda assim me impedira isso de fazê-lo; mas os obstáculos da censura têm crescido de tal modo, que não é possível escrever. Não basta cortar, é necessário substituir ainda às palavras e aos pensamentos do escritor as palavras e as ideias que manda o censor. Não há homem de bem que queira escrever assim. [...]

O Cronista cessa pois. (*O Cronista* II: 239-43; O.P. 8: 273-8)

O Português aguenta-se escasso tempo mais, com significativas intermitências, até cessar em dolorosas condições: suspenso de 23 de Agosto a 13 de Setembro, dadas as dificuldades que também lhe criava a censura prévia, faz ainda aparecer alguns números—o antepenúltimo traz a indicação “De 28 de Agosto até 13 de Setembro” e apresenta largo espaço em branco a assinalar os cortes sofridos—até sucumbir definitivamente, com a prisão no Limoeiro, a 17 desse mês, de todos os seus redactores, acusados de demagogia republicana e actuações sediciosas;⁸ para Garrett e os companheiros seguem-se três meses de cárcere, até serem absolvidos ao cabo de muitas representações dirigidas a D. Isabel Maria, ainda Infanta-Regente. Um belo poema do autor de *Camões*, mais tarde incluído em *Flores sem fruto* com o título de “Tronco despido” e a data de 1828, deixa-nos entrever o abatimento em que ficara:

Qual tronco despido
De folha e de flores,
Dos ventos batido
No Inverno gelado,
De ardentes queimores
No estio abrasado,
De nada sentido,

Que ele nada sente...
 Assim ao prazer,
 À dor indif'rente,
 Vão-me horas da vida
 Comprida
 Correndo,
 Vivendo,
 Se é vida
 Tão triste viver. (*O.C.* I: 148)⁹

Recordadas estas vicissitudes, acerquemo-nos de *O Cronista*, portador do subtítulo *Semanário de política, literatura, ciências e artes*, para detectarmos como avaliou a sua contemporaneidade e que projecto educador lhe dirigiu.

O Português, com o subtítulo *Diário político, literário e comercial*, precedera-o, como vimos, em cerca de quatro meses, sinal de que o novo periódico se queria diferente. E *O Cronista* era-o, de facto, desde a aparência exterior: os seus números semanais, com cerca de trinta páginas cada, tinham formato pequeno, razão pela qual os dois volumes que a sua totalidade perfaz se assemelham a dois livros; *O Português* era ao invés de formato grande, com páginas que apresentavam as três colunas que lhe valeram, da parte do seu atribiliário inimigo, José Agostinho de Macedo, o apodo de “lençol de três ramos.”¹⁰ Ao jornalismo praticado pelas duas publicações, idêntico nos princípios, presidiam objectivos também distintos. Em termos que julgo novos no devir da nossa imprensa periódica, o “Prospecto” que antecede o primeiro número de *O Cronista* (*O.P.* 8: 13-5) acentua a índole diversa que separa dos diários os jornais com publicação intervalada; àqueles, diz o texto, cabe sobretudo informar com “rapidez,” pelo que—cito—“satisfazem melhor a curiosidade do momento e ansiedade das crises em que por desgraça lutamos há tanto tempo”; “reflectir” sobre o acontecido cabe às publicações mais espaçadas, já que “a sisudez e madureza das reflexões” pedem “vagar e remanso.” Quotidianos, havia-os bons entre nós, lê-se no “Prospecto” (pois não existia *O Português*, pelo menos?); ao invés, continua o texto, “uma das muitas lacunas que vão por nossa literatura” (*O.P.* 8: 13) estava na falta de um periódico dedicado à reflexão: esse era, pois, o vazio que *O Cronista* queria preencher. O “Prospecto” apresenta em seguida a estrutura que, para tal fim, teria o semanário, significativamente publicado aos domingos, dia de lazer: sempre com duas partes, a primeira ofereceria uma “crónica analítica da semana,” isto é—esclarece—, “um resumo

pensado e reflectido de todas as notícias do interior e exterior que houverem corrido na semana,” a que se seguiria “um artigo, ou memória breve sobre o mais transcendente objecto de política, economia, jurisprudência, ou administração, que na semana se houver agitado ou encetado” (*O.P.* 8: 14); a segunda parte, mais multifacetada, conteria “análises de novas publicações e objectos literários de toda a espécie,” bem como “memórias e notícias científicas” da mais variada natureza, para as quais seria pedida colaboração idónea (*O.P.* 8: 14). *O Cronista* assemelhava-se, pois, a uma “revista” no seu desejo de alargar a capacidade reflexiva e os conhecimentos do público, mostrando-se um antecessor de tão ilustres vindouros como *O Panorama*, de 1837, ou a *Revista universal lisbonense*, de 1841, verdadeiras “instituições” do nosso Romantismo. Bem acolhido—pelo menos, no artigo de despedida, Garrett fala do “lisonjeiro favor” com que o público o tinha “honrado”—, o hebdomadário não teve, contudo, o largo eco de *O Português*, lançado em moldes quase industriais, novos para nós, que os Redactores tinham conhecido no estrangeiro: como se lê no “Prospecto” que também precede o número inicial do diário (*O.P.* 7: 147-52), a sua publicação, anunciada como a do primeiro “verdadeiro jornal” português, era assegurada por “uma sociedade de homens de letras, jurisconsultos e negociantes” criada expressamente para tal fim, sociedade que se dizia possuir “um largo fundo” capaz de “satisfazer todas as consideráveis despesas do estabelecimento” (*O.P.* 7: 149): tipografia própria—onde se imprimia também *O Cronista*—, taquígrafos para anotação das sessões das duas Câmaras estabelecidas pela Carta, mais de cem empregados e “correspondentes hábeis” nas “principais terras das províncias,” no Brasil e em “algumas cortes estrangeiras,” recepção de “todos os jornais estrangeiros acreditados, tanto da Europa como da América” (*O.P.* 7: 150). Sobretudo noticioso, mas oferecendo também artigos de reflexão e de crítica teatral (estes com toda a certeza de Garrett, os outros de autoria sua pelo menos frequente¹¹), *O Português* chegou a tiragens de dois mil exemplares, tornando-se—diz Gomes de Amorim—o centro do “partido constitucional” e merecendo o aplauso de conhecidos órgãos da imprensa inglesa e francesa pela moderação e rigor que o norteavam (I: 409).¹² Ainda segundo o biógrafo de Garrett—e terá razão—, *O Cronista* era mais ousado na análise das “coisas públicas,” pois sendo aí o Escritor, redactor único (um redactor que até usa a primeira pessoa, embora anonimamente), expunha as suas posições com mais desassombro, sem o receio, que tinha n’*O Português*, “de levar os seus colegas mais longe do que desajassem ir” (I: 414-5).

Moderação, rigor e também cuidada linguagem eram, porém, propósitos comuns aos dois jornais, plenamente conscientes do papel da imprensa na formação da “opinião pública,” cuja importância o liberalismo vinha sublinhando na sua atenção à vontade popular. Como dizia *O Português*, provavelmente pela voz de Garrett, um periódico pode tornar-se “um bem ou um mal segundo o espírito com que é redigido” (n.º 194, 20-VI-1827; *O.P.* 7: 424); querendo o Escritor e os seus amigos que os empreendimentos jornalísticos que lançavam fossem um “bem,” dedicam-nos, pois, à educação da “opinião pública”—“rainha tutelar do mundo” como Garrett lhe chama na *Carta de guia para eleitores* (*O.C.* I: 520)—segundo o “espírito” que consideravam o da razão mesma, tomadas em conta a conjuntura do País e a experiência colhida até então: o espírito que animava a prudência da Carta, ao dar resposta às grandes reivindicações liberais, mas alterando os princípios e práticas do vintismo que maior rejeição tinham causado porque julgados fautores de convulsões sociais temíveis (lembro apenas que o texto legal de D. Pedro diluía o princípio da soberania popular, mantinha separados os poderes legislativo, executivo e judicial, a que acrescentava o poder moderador atribuído ao Rei, estabelecia o bi-cameralismo, instaurando a par da Câmara de Deputados, eleita, a Câmara dos Pares, de designação régia, onde tinham assento as classes mais prestigiadas). Em face, porém, da contestação reaccionária crescente, apostada em recusar a legitimidade de D. Pedro IV, pôr em causa a bondade e boa fé do regime por ele proposto e discutir os moldes da sua abdicação da Coroa portuguesa, *O Português* e *O Cronista* entram na liça dos argumentos, indo da análise circunstanciada dos eventos, com corajosa denúncia de estratégias perversas e movimentações armadas, à explicação da própria arquitectura da monarquia constitucional.¹³ Não vou deter-me nessa luta árdua; irei pôr em relevo questões mais abrangentes, colhidas nas afirmações ideológicas, nas reflexões sobre o evoluir social e nas considerações de natureza cultural e literária que o semanário de Garrett contém e que desenham traços fundamentais do vulto intelectual do Escritor, nestes meados do seu percurso; pressupondo mas transcendendo os do confiante “Alceu da Revolução de Vinte”¹⁴ que já fora, esses traços iluminam toda a sua criação posterior e deixam penetrar no âmago de um momento-chave do nosso devir histórico.

Afirmei há pouco que a educação da “opinião pública” que *O Cronista* intentou, a par de *O Português*, era pensada em função da conjuntura nacional,

invocando a razão e a experiência. Roboram-no expressivamente estas palavras de Garrett na “Introdução” que inicia o primeiro número do semanário:

Antes que os anos e o labirinto da diplomacia obscureçam e enredem a história destes poucos dias, cujo valor importa séculos na de Portugal, e talvez do Universo, quero consignar aqui os factos notáveis que esta época memorável encerra [...]. Não pretendo escrever para os vindouros, que não sobe tão alto minha presunção. [...] Com os meus coevos, com os que são testemunhas do que escrevo, que viram ou ouviram dos factos presentes, com esses falo; porque mais se trata aqui de bem expor, elucidar e reflectir sobre o que todos sabemos, do que narrar simplesmente sucessos ignorados ou esquecidos. (*O Cronista* I: 1; *O.P.* 8: 17)

Este propósito de actualidade e reflexão analítica indicia que Garrett, continuando a crer, como iluminista cristão, nos grandes critérios da razão, intemporalmente válidos porque impressos no espírito humano pela energia divina, reconhecia, com mais acuidade do que antes, ser necessário, para entender o mundo histórico e nele actuar com sensatez e eficácia, conjugar as inquestionáveis “verdades” essenciais com um princípio de relatividade, atento ao concreto conformado por tempo e espaço, e conselheiro por isso de maleabilidade e tolerância. Leituras modernas, já de orientação romântica, de Benjamin Constant a Herder, Schlegel ou Mme de Staël, lho tinham ajudado a perceber. Daqui nasce a acusação frequente no jornal do “espírito de sistema” ou de “síntese,” muito difundido entre nós, incapaz, na rigidez com que sustentava teorias—até generosas por vezes—, de praticar a análise necessária à avaliação da sua exequibilidade. Quando no nº 5 de *O Cronista*, Garrett escreve um artigo sobre a perturbada situação europeia coeva, dando-lhe o título interrogativo “Teremos guerra ou paz?,” é pela análise que vai tentar responder, tecendo considerandos deste teor tão moderno:

[...] a impostura é correlativa da ignorância, e a par e passo que as luzes se difundem e os conhecimentos aumentam, diminuem, perdem valia e crédito os sistemas e teorias magistrais; a análise ganha o terreno que vai perdendo a síntese, os homens querem saber por si e não pelos outros, acreditar em sua experiência e no resultado de seus próprios exames, mas não jurar nas palavras de ninguém.

Esta é a natural ordem de marcha do espírito humano. [...]

Nós que vivemos hoje, achámos a humanidade menos dócil ao magistério absoluto, mais ilustrada, e mais pronta a crer pela demonstração do que pela

pregação. (*O Cronista* I: 104-5; O.P. 8: 73-4)

No mesmo sentido, confessa, no adeus aos seus leitores: “Desenganei-me a tempo das teorias dos filósofos e li na realidade das coisas” (*O Cronista* II: 241; O.P. 8: 275).

A par desta acusação do “espírito de sistema,” cujos efeitos nefastos o fracasso do vintismo podia provar, pois impusera princípios em si bons, mas inadequados—reconhecia-o agora Garrett—à sociedade portuguesa, uma outra objurgatória, que entra na esfera destas questões, percorre insistentemente o periódico, volvida contra outro tipo de espírito que campeava nas tumultuosas vésperas do triunfo miguelista: o feio e arruaceiro espírito de “facção” ou de “partido,” que Garrett, desta vez no *Português* (23-VII-1827), assim define:

O espírito de partido é uma espécie de furor que preocupando o homem com uma só ideia, faz que ele não possa ver os objectos que o cercam, enquanto deslumbrado por seu sentir vê unicamente aquele objecto a que se propõe [...]: quando o interesse pessoal se lhe junta, então falece o raciocínio e fica em completa cegueira de entendimento. Tal é o estado dos absolutistas, e de seus defensores. Acostumados a desfrutar a rica prebenda dos abusos e dos privilégios contra a lei, e além da lei, julgam a reforma deles um atentado contra a sua propriedade que resolvem sustentar a todo o custo, não fazendo caso da diferença dos tempos, do progresso da civilização e das novas ideias filhas da ilustração [...]. Querem dominar ainda que seja sobre ruína! (O.P. 7: 447)

À negatividade destas duas formas de espírito—o de sistema e o de partido—, ambas inimigas da “ordem,” palavra que já era chave do evangelho ideológico e ético do Escritor,¹⁵ Garrett contrapõe a positividade do “espírito público,” ou seja, daquele que procura, com sentido de realidade e disposição abnegada, sondar pela análise a índole e as urgências da colectividade nacional. Em artigo d’*O Português* n° 238, eis como o define, repetindo um passo da *Carta de guia para eleitores*:

O espírito público é a parte mais ou menos activa que a classe ilustrada da nação toma no sistema geral do seu governo e nos actos particulares da sua administração. Porque bem se vê que ele nada pode ter de comum com a estupidez da massa ignorante, que é tão incapaz de julgar de um princípio, como

de lhe seguir as consequências. (*O.P.* 7: 458)

Nas posições que os textos citados manifestam—posições que na generalidade se mantêm, mas ganhando alguns prolongamentos importantes, no percurso posterior de Garrett, seja enquanto político, seja enquanto ficcionista que encena a vida em situações e personagens—, desejo acentuar duas perspectivas de que decorrem ilações importantes para a definição do intelectual que fala n' *O Cronista* e n' *O Português*. A primeira é o optimismo que o Escritor revela, apesar das desilusões já sofridas, ao falar, como Condorcet, na “natural ordem de marcha do espírito humano,” comparada, noutro texto, a um “rio” que “rompe por todos os estorvos e não pára sem que desagúe nos mares” (*O Português* nº 222; *O.P.* 7: 451). Já se desvanecera no Garrett desta etapa a euforia confiante do seu idealismo vintista; mas não o atingira ainda a ironia que o andar dos tempos virá a impor-lhe, tão impressivamente colocada no narrador das *Viagens* quando fala, por exemplo, no célebre capítulo II, da eterna luta entre “espiritualismo” e “materialismo”—D. Quixote e Sancho Pança—que subjaz ao Progresso, comentando:

Mas, como na história do malicioso Cervantes, estes dois princípios tão avessos, tão descontraídos, andam contudo juntos sempre; ora um mais atrás, ora outro mais adiante, empecendo-se muitas vezes, coadjuvando-se poucas, mas progredindo sempre.

E aqui está o que é possível ao progresso humano.

E eis aqui a crónica do passado, a história do presente, o programa do futuro. (91)

Sob o humor deste juízo está, como vemos, um desengano que não tinha o jornalista de 26-27; e fundamentalmente, a meu ver, porque este não assistira ainda ao surgir do reinado do barão, “usurariamente revolucionário e revolucionariamente usurário,” como também diz o narrador irónico das *Viagens* no conhecido passo do capítulo XIII da obra, onde afirma:

Porque, desenganem-se, o mundo sempre assim foi e há-de ser. Por mais belas teorias que se façam, por mais perfeitas constituições com que se comece, o *status in statu* forma-se logo: ou com frades ou com barões ou com pedreiros-livres se vai pouco a pouco organizando uma influência distinta, quando não contrária, às influências manifestas e aparentes do grande corpo social. Esta é a oposição natural do Progresso, o qual tem a sua oposição como todas as coisas sublunares

e superlunares; esta corrige saudavelmente, às vezes, e modera sua velocidade, outras a empece com demasia e abuso: mas enfim é uma necessidade. (151)

Em suma, a lei do mundo—diz o Garrett da década de 40 em que as *Viagens* surgem—é a forçosa mudança contínua; mas já não comparável a um caminhar teleológico, como o do rio para o mar...

Com esta ordem de questões se prende a segunda perspectiva que desejo acentuar a partir dos textos jornalísticos que atrás citei: a que imputa o benéfico “espírito público” à “classe ilustrada da nação,” negando-o à “estupidez da massa ignorante” (*O.P.* 7: 458). Na *Carta de guia para eleitores*, de onde *O Português* retirara essa afirmação, Garrett definia consentaneamente o perfil idóneo do deputado, atribuindo-lhe o “amor desinteressado da causa pública,” o “amor da liberdade legal, prudente e moderada,” a “religião sem fanatismo,” a “inteligência sobretudo das nossas coisas, e não só de estrangeirices e modernices afectadas,” o “saber bom e útil,” e, acima de tudo, “honra, probidade e inteireza de carácter” (*O.P.* 7: 138-9); e a completar esta indicação dos requisitos da elegibilidade, enunciava o rol das más atitudes que aconselhavam a rejeição: “nada de homens que mudam com as circunstâncias,” “nada de exaltados em matéria nenhuma,” “nem ignorantes, nem sabichões que só sabem dos seus livros,” “nada de *afidalgados*, desta gente que se envergonha da classe em que nasceu, e quer ser nobre por força” (*O.P.* 7: 138-9). Dava ainda importantes conselhos adicionais: limitar os elegíveis aos “produtores de toda a espécie,” recusando o “homem que não tem profissão, nem exerce emprego”—membro inútil do Estado—, e apoiar o voto censitário a partir de um limite mínimo, comentando a propósito:

[...] em iguais circunstâncias, o homem mais rico deve ser preferido, porque é mais independente, e quando essa qualidade se junta a outras, dá-lhe realce e valia maior. Entenda-se porém isto bem—em iguais circunstâncias, sendo em tudo o mais bom, tão bom como os outros; porque havendo a mínima inferioridade, antes mil vezes o pobre sábio, prudente, honrado, que o rico ignorante ou mau. (*O.P.* 7: 139)

Vê-se bem a partir destes textos que o pensamento político de Garrett não se identificava—nem virá a identificar-se, como ressalta da sua actuação parlamentar desde o final do decénio de 30 ou de criações ficcionais como o drama *O Alfageme de Santarém*—com um democratismo basista; e também que o seu liberalismo moderado, invocador do “centro” e glorificador do

trabalho, tanto desconsiderava os privilegiados, se inúteis, como os que nada possuem, já que tenderiam para a degradação moral, tornando-se dependentes e nefastamente manobráveis: na sociedade reestruturada pela liberdade que se desenhava no seu espírito, a boa alavanca estava na tal “classe ilustrada da nação,” *intelligensia* operosa e abonada; estava, em suma, na classe média, provinda, como diz *O Português* nº 222, do comércio e das riquezas, constituída por “uma porção numerosa de homens fortes, instruídos e opulentos” interessados na solidificação do liberalismo “ordeiro,” porque assegurava ao cidadão o direito de propriedade e o desenvolvimento das suas potencialidades (*O.P.* 7: 448). Lê-se n’*O Cronista* nº XII:

[...] os proprietários e os negociantes são por toda a parte as pessoas mais adictas às novas instituições [...].

É realmente tanta a conexão entre a riqueza e a inteligência na massa do povo e a liberdade na constituição do governo, que se pode olhar a uma como a bitola ou o barómetro da outra, e que o caminho mais seguro de inspirar a todo o povo amor à liberdade é dirigir todo o nosso afincio à civilização geral do seu entendimento, e ao estabelecimento daqueles hábitos de indústria que conduzem à riqueza e à independência. (*O Cronista* I: 254-5; *O.P.* 8: 142-3)

A história iria mostrar a Garrett quanto optimismo ingénuo albergavam estas afirmações; o narrador das *Viagens*, que vira ao longo da década de 30 a classe média ascender, desvelando temível voracidade, perguntava aos economistas políticos (cap. III) se já tinham calculado “quantas almas” era preciso “dar ao Diabo” (93) para fazer um rico (como se lê no sumário do capítulo referido) e identificava a história do mundo com a fábula grotesca do Castelo do Chucherumelo (cap. XIII): “Aqui está o cão que mordeu no gato, que matou o rato, que roeu a corda, etc., etc.: vai sempre assim seguindo” (150).¹⁶

O Redactor d’*O Cronista*, no seu convicto papel de tornar a imprensa uma força motriz da civilização,¹⁷ louvava, porém, essa disciplina moderna, a economia política, “a mais grave e importante ciência que hoje ocupa a atenção da Europa,” como diz ao dar notícia da publicação em Londres de uma obra de Malthus, *Definitions in Political Economy* (*O Cronista* nº 6, I: 137¹⁸); e idêntico juízo formula em extenso artigo (*O Cronista* nº7, I: 144-51; *O.P.* 8: 90-6) dedicado às teorias económicas do francês F. L. A. Ferrier, diversas das sustentadas por autoridades na matéria tão célebres como Adam

Smith ou Jean-Baptiste Say, de quem sorri o narrador das *Viagens* (cap. VI, 46-7). Não posso deter-me neste campo que me é alheio; mas sublinho ao menos a importância que este Garrett de 28 anos concede ao dinheiro, pela propriedade que tem “de fazer mais activas a circulação e a produção” (*O Cronista* nº 7, I: 148; *O.P.* 8: 94), bem como ao comércio que proporciona “meios de prosperidade, fundados na economia e no trabalho” (*O Cronista* I: 150; *O.P.* 8: 95). Correlativamente, ele lamenta o país desorganizado, estagnado e pobre que éramos: fala do “caos horroroso” da nossa Fazenda e da necessidade urgente de uma “reforma fiscal” que permitisse sabermos o que temos, o que gastamos e o que podemos ter ou gastar (*O Cronista* nº V, I: 93-4; *O.P.* 8: 64); acusa o estado “cadavérico e desmembrado” da nossa administração (*O Cronista* nº V, I: 98; *O.P.* 8: 69); procura divulgar meios modernos, ainda entre nós incipientes, de rentabilizar o dinheiro em prol da causa pública, defendendo que os particulares investissem a sua riqueza no Estado, à imagem do que acontecia na Inglaterra, desenvolvendo o espírito de associação de que resultaria maior coesão social (*O Cronista* nº XII, I: 264-5¹⁹).

Neste voto de aumentar no País a benéfica riqueza, propiciadora de bem-estar e sustentáculo do regime constitucional, *O Cronista* empenha-se em divulgar tecnologias modernas que permitiriam dinamizar em múltiplos sectores as capacidades do País. Sublinho, por exemplo, o relevo posto, com o auxílio de uma obra estrangeira sobre os trabalhos públicos em Inglaterra, mas também de notas fornecidas por Bernardo de Sá Nogueira (o futuro Marquês de Sá da Bandeira, que possuía formação em matemática e engenharia), no desenvolvimento da rede de estradas, pontes, canais e portos, que aumentaria o comércio interior—base fundamental, pensava, da riqueza das nações—pelo incremento da circulação de pessoas e mercadorias, associando-se à desejada supressão das peias administrativas e fiscais que a dificultavam (*O Cronista* nº III, I: 56; *O.P.* 8: 48²⁰). É assim que descreve minuciosamente (*O Cronista* nº X, I: 221-3²¹) como construir estradas macadamizadas (as que, nas *Viagens*, considerava para o nosso País mais adequadas do que “os caminhos de ferro dos barões” 338); mas muitas outras notícias dá o semanário para melhorar a qualidade e a quantidade da produção nacional²²: um modo de condensar madeira (*O Cronista* nº IV, I: 86-90), outros para tornar o couro impermeável (*O Cronista* nº II, I: 40-2), conservar o trigo (*O Cronista* nº XVIII, II: 112), bem praticar jardinagem (*O Cronista* nº XVII, II: 91), etc., etc. Compreendidos no voto global de modernização e enriquecimento do País, estes conhecimentos

que o semanário prodigalizava no domínio científico e tecnológico queriam-se úteis e simples, para que pudessem beneficiar a ilustração pública. Anunciando o aparecimento em Paris de um curso elementar de óptica, comentava Garrett que seriam escassas as vantagens que dão as ciências se delas se ocupassem apenas os que se empenham nos seus “labirintos intrincados,” acrescentando: “Daí o mérito singular daqueles génios organizadores, que depois de haverem penetrado os seus mais recônditos arcanos, as sabem reduzir a métodos simples, separando-as de tudo o que constitui a sua parte sublime, para pô-las ao alcance da juventude e da multidão” (*O Cronista* nº IX, I: 200-1²³).

Instruir o “povo,” ou seja, a massa enérgica e trabalhadora da Nação, na crença de que a generalização das luzes aumentaria no País o dinamismo que o faria crescer e o apego às instituições liberais que apoiariam o desenvolvimento do indivíduo, torna-se em consonância tema insistente do Redactor de *O Cronista*: não dizia ele, num passo já citado, que as “novas ideias” eram “filhas da ilustração,” vendo a contra-prova dessa crença no apego ao absolutismo de ignorantes, inertes, fanáticos e sabichões autoritários? A educação pública torna-se assim um campo importante das reflexões do semanário, que, lamentando o “triste estado” em que ela se encontrava em Portugal, insistia na urgência de lhe acudir. Em artigo intitulado “Sobre a educação literária,” lembra “o nada que valem os melhores códigos, as melhores instituições, se lhe faltarem *homens*, e que os homens se não fazem senão pela educação” (*O Cronista* nº XVII, II: 86); e reflectindo consequentemente sobre o sistema educativo que conviria a um “governo liberal,” responde em palavras fortes:

Aquele em que a razão obtenha todos os direitos que naturalmente lhe competem; aquele em que não se conceda nada, nem às preocupações, nem às subtilidades; aquele em que o pensamento não esteja ligado pela autoridade dos mestres, nem pela autoridade dos livros; aquele finalmente em que o entendimento do homem goze de certa espécie de *cidade*. (*O Cronista* II: 83)²⁴

Apondo rapidamente que Garrett, cujo empenho neste campo continuará muito vivo—basta lembrar o tratado *Da educação*, publicado em Londres, em 1829—lançou n’*O Cronista*, a traços muito largos, um esquema de reforma educativa que sintomaticamente colocava no topo das prioridades “as ciências matemáticas, físicas e ideológicas porque elas formam, para assim dizer, o código das leis a que deve submeter-se a inteligência humana, se quer ser livre,

e não licenciosa” (*O Cronista* n° XVII, II: 83).²⁵ Porque a imaginação do homem reclama também os seus direitos, esta reforma educativa não esquecia, porém, o estudo das “belas artes,” também fator de “civilização,” por inspirar, dizia ele, o amor do belo e “suaves sentimentos” (*O Cronista* II: 84).

As considerações que a este propósito tece o jornal, bem como as próprias poesias que Garrett nele publica, mostram-nos que o jovem Escritor, já autor de *Camões e D. Branca*, se mantinha preso, em questões de estética, a um *bom gosto*, de forte componente racionalista mas cultor da simplicidade nimbada de sentimento,²⁶ que terá, aliás, ainda ecos no criador das obras ficcionais vindouras—*Frei Luís de Sousa*, por exemplo—, inimigo de exageros e inverosimilhanças descabeladas. Lemos n’*O Cronista*:

Contudo os prazeres da imaginação devem ser regulados pela razão. O bom gosto, que é o hábito da mesma razão, aplicado às belas letras, é o que liga o estudo das humanidades com o das ciências abstractas. A mesma razão, que julga e analisa as belezas de uma ode de Horácio, ou de uma tragédia de Racine, é a que resolve os problemas mais complicados da geometria, ou calcula a força que tem o planeta na sua órbita. Portanto na república literária deve acontecer o mesmo que na civil: os prazeres do cidadão devem ser regulados pela lei. (n° XVII, II: 84)

Não fazem senão desenvolver estes critérios as quatro “Lições de poesia e de literatura a uma jovem Senhora” que o semanário integra²⁷ (parte escassa de *Liceu das damas*, obra de que se conserva um fragmento bem mais lato no espólio manuscrito de Garrett da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra²⁸), mostrando que o propósito educativo de Garrett desejava, para benefício da sociedade, que também a mulher se “ilustrasse,” mas de acordo com o seu sexo, para melhor cumprir os seus deveres familiares e saber cultivar a sociabilidade. Dirigindo-se a uma Lília, desejosa de aprender, em tom galante e leve para que a aluna se não maçasse (tom que já usara em 1822, no engraçado jornal *O Toucador*²⁹), *O Cronista*, entremeando prosa e versos de graciosidade amaneirada,³⁰ fala-lhe do prazer que as artes propiciam, tendo no *belo ideal* o seu princípio; e repete critérios da doutrina clássica da *imitação*, ao explicar que, por *belo ideal*, se queria significar que os artistas não copiam a natureza tal qual é, mas a “apuram” e lhe “dão realce com o mágico de seus enfeites e adornos” (*O Cronista* n° V, I: 111), dando-nos no plano físico e no moral, “em resumo, e quase em essência, o mais deleitoso e aprazível de quanto espalhou pelo universo a mão do Criador” (*O*

Cronista I: 113). Neste preceptorado, só estará um leve matiz mais moderno na insistência com que é invocado o *deleite*, princípio subjectivo, a presidir tanto à criação como à recepção da arte. No *Liceu das damas*, em passo que *O Cronista* não chega a publicar, escreve Garrett, em consonância—talvez inspirando-se em Burke, a cujo *Discourse on Taste* (1758) se refere—que, ao falarmos de *beleza*, seja no mundo físico ou no moral, estamos a falar do *sentimento de beleza* que cada um possui em função da sua idiosincrasia e da sua cultura. Era um passo grande em direcção ao Romantismo e às suas reivindicações de liberdade estética e tolerância, passo acompanhado, n’*O Cronista*, por outros também relevantes, de que assinalo a afirmação do nacionalismo literário, como via da expressão a dar, através da literatura, à subjectividade do criador e ao contexto espaço-cultural em que se fez. Que a literatura portuguesa fale, pois, diz *O Cronista*, da nossa identidade, que deixe de se conduzir por modelos, exaurindo o engenho próprio em traduções, sobretudo francesas; que busque no espaço nacional os seus temas e os seus motivos, como tão necessário seria no teatro, escola da alma colectiva (*O Cronista* nº X, I: 224-5). Incentivo para a adopção dessas orientações é buscado no romance histórico de Walter Scott, de cuja novidade, quer na índole, quer nos processos, *O Cronista* faz uma análise perspicaz e inovadora para o nosso contexto (*O Cronista* nº XVII, II: 87-9): nele encontra exemplificado um modo novo de praticar a mimese, próprio de géneros que considerava serem verdadeiras “criações da literatura moderna,” o romance e o drama; agarrando as sinuosidades e a cor do real, essas formas iam ocupando o lugar da velha epopeia e da velha tragédia (*O Cronista* nº II, I: 28-32).

Porque urge que termine, quero fazê-lo sobre um dos aspectos que mais sobressaem, n’*O Cronista*, pela recorrência e pela capacidade de observação e intervenção que traduzem: a constante ponderação da “balança da Europa” no espantoso mundo coevo,³¹ já que o Redactor, Garrett, tinha compreendido que nele tudo estava em equação, numa interdependência que podia tornar centrais os problemas de espaços pequenos e periféricos. Era o que acontecia então com Portugal e a Grécia,³² pontos extremos do velho continente: os grandes da Europa—Espanha, França, Inglaterra, Áustria, Rússia—ocupavam o jogo dos seus gabinetes e, em muitos casos, o das suas armas, no debate político-ideológico de que esses países, exíguos e pobres, se tinham tornado ícone e alvo: a luta entre a liberdade e o despotismo, entre as luzes e a ignorância. A América—a do Norte, republicana, a do Sul a lutar por sê-lo

também—já pesava, e muito, nesse debate, tão nuclear. Para Garrett—e aqui termino—os Estados-Unidos eram o país modelar do espírito cidadão e filantropo, do trabalho empreendedor e produtivo, da energia civilizadora da Liberdade, a pátria de uma república que pairava talvez no seu espírito como um ideal que, para a Europa envelhecida, só podia ficar por então no domínio da fábula.³³

Que os Estados-Unidos possam conservar esse grande prestígio.

Notas

¹ *Memória histórica de J. Xavier Mouzinho da Silveira* in *Obras completas de Almeida Garrett*, ed. Teófilo Braga, 2 vols. (Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1904) II: 438-9. Passarei a designar esta edição, que frequentemente citarei, pelas iniciais *O.C.*, seguidas da indicação de volume e páginas. Optei por actualizar, no interior do meu texto, a grafia dos títulos e das citações. Na Bibliografia final, os títulos serão apresentados com a grafia original.

² *Portugal na balança da Europa* é o título de um importante ensaio publicado por Garrett, em Londres, em 1830.

³ Por decreto de 26 de Agosto de 1826, Garrett é readmitido no lugar, que tinha sido o seu, de oficial da Secretaria do Reino.

⁴ *O Popular*. Vol. IV, nº XIX (Londres, 1826): 25-81. Muitos passos deste ensaio serão retomados no mais volumoso *Portugal na balança da Europa*, que também reutilizou textos dados a lume por Garrett nos jornais *O Cronista* e *O Português*.

⁵ Na colecção das *Obras completas* de Garrett publicada pela Editorial Estampa (Lisboa), os volumes 7 (1991) e 8 (1992), intitulados *Obra política. Doutrinação da sociedade liberal (1824-27)* integram a colaboração, em matéria política, atribuída pelos seus organizadores a Garrett, n' *O Português* (Vol. 7, com organização, fixação de textos, prefácios e notas de Maria Helena da Costa Dias, Helena Carvalhão Buescu, Luís Augusto Costa Dias e João Carlos Faria) e n' *O Cronista* (Vol. 8, com os mesmos organizadores à excepção de Helena Buescu). Nas citações d' *O Cronista*, indicarei a paginação dos dois volumes originais do jornal e, sempre que possível, a do citado volume 8; nas d' *O Português*, recorrerei ao volume 7 acima referido; para estes volumes 7 e 8, utilizarei a sigla *O.P.* (*Obra política*), seguida do algarismo respectivo.

⁶ Vejam-se os documentos transcritos por Gomes de Amorim em *Garrett. Memórias biográficas* I: 378-9. Em documento de 7-III-1825, a polícia (ao dar informações sobre um requerimento apresentado por Garrett, então exilado, a solicitar permissão para regressar ao País) refere-se ao seu “carácter empreendedor e revolucionário,” lembrando que pertencera às sociedades secretas e que propalara em diversas obras “ideias subversivas da Monarquia, com as quais muito contribuiu para alienar os espíritos durante o fatal período da revolução.”

⁷ A expressão pertence ao *Cronista* (II: 239; *O.P.* 8: 273).

⁸ Sobretudo nas chamadas “Archotadas,” de finais do Julho antecedente (veja-se o relato d' *O Cronista*, nº22, II: 191-6; *O.P.* 8: 247-53).

⁹ No manuscrito 122 do espólio de Garrett pertencente à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, o poema tem o título de “Cantiga” e a data de Lisboa, 3 de Fevereiro de 1828. Recorde a existência do *Inventário do espólio literário de Garrett*, por Henrique de Campos Ferreira Lima (Coimbra: Publicações da Biblioteca geral da Universidade, 1948).

¹⁰ *O Português* é muito visado, frequentemente sob essa designação, nas *Cartas de J. A. de*

Macedo a seu amigo J. J. P. L. [Joaquim José Pedro Lopes] (Lisboa, 1827).

¹¹ No “Prólogo” de *Portugal na balança da Europa*, Garrett refere-se aos dois jornais, *O Português* e *O Cronista*, dizendo que se “gloria” muito de os “haver fundado, e depois em máxima parte sustentado e dirigido” (*O.C.* II: 528).

¹² José Tengarrinha diz que, em 1827, *O Português* tinha 1500 assinaturas, enquanto o outro jornal liberal mais importante, *O Periódico dos pobres*, “noticioso e político de feição cartista pura,” chegava, no mesmo ano, a 5000, por ser vendido a um preço muito módico e ter um estilo mais acessível a leitores com pouca instrução (94; 199). O inicial apoio do Poder a *O Português* mostra-se no facto de ter obtido da Infanta-Regente um censor privativo para que fosse cumprida a exigência de censura prévia em tempo compatível com o ritmo quotidiano do jornal; logo desde Abril de 1827, no clima de reacção que se fora instalando, o periódico teve, porém, dificuldades em manter essa regalia necessária à sua sobrevivência. No espólio de Garrett da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, o conjunto de manuscritos com o nº 129 (b) contém documentação relativa a estas questões e ao processo movido a *O Português* (publicada em *O.P.* 7: 490-560).

¹³ Assim faz *O Cronista*, no seu nº 23, ao recensear uma obra francesa sobre o assunto, considerada “excelente,” que integrava judiciosas considerações sobre a questão, fulcral então para o País, da transmissão dos direitos do trono e das regências. Dir-se-ia, afirma o jornal, ser um comentário da Carta. Veja-se também, no nº 9 (I: 188-91; *O.P.* 8: 112-5), o artigo “Da actual regência de Portugal e de seu princípio constitutivo.”

¹⁴ Assim se intitula Garrett na nota A à ode “À pátria” da 2ª ed. (1853) da *Lírica de João Mínimo* (*O.C.* I: 99).

¹⁵ “Toda a moral não é mais do que o sentimento da ordem,” lê-se n’*O Cronista* (II: 102-3; *O.P.* 8: 210; itálicos de Garrett).

¹⁶ No romance *Helena*, que a morte não permitiu a Garrett acabar (o fragmento foi publicado postumamente, em 1871), o Escritor parece ter concebido a aliança de riqueza, honestidade e filantropia. Veja o meu estudo “*Helena*: os dados e as incógnitas de um enigma romanesco,” Almeida Garrett, org. Maria Fernanda Abreu, *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional IV* (Lisboa, 1999): 147-73.

¹⁷ No artigo “Sobre a imprensa,” chama-lhe Garrett, entre outros louvores dirigidos à sua capacidade de formar a *opinião do público*, a “arte maravilhosa que sabe saltar pelos tempos e lugares distribuindo igualmente a todos os homens os mais variados conhecimentos,” a “parte mais preciosa da herança do género humano” (*O Cronista* nº 20, II: 152-3; *O.P.* 8: 236-7).

¹⁸ O texto não está integrado em *O.P.* 8.

¹⁹ O texto não está inserido em *O.P.* 8.

²⁰ Falando dos nossos interesses comerciais, escreve *O Cronista*, no mesmo número, a propósito das nossas relações com a Prússia, que dela “há-de vir-nos mais comércio quando se entender em Portugal que *agricultura* não quer dizer somente *cultura de trigo*, mas arte de extrair *valores* da terra; quando os nossos legisladores souberem que em tudo o que é indústria de homem a acção da lei deve consistir em não tê-la, isto é, em lhe deixar a mais plena e perfeita liberdade que for possível; quando os nossos economistas políticos perceberem que não favorecem a agricultura com proibições, com medidas afirmativas, mas somente com as negativas, isto é, removendo os estorvos, cortando as peias, aliviando os gravames que a esmagam, a comprimem, a definham” (I: 56; *O.P.* 8: 48).

²¹ O texto não está integrado em *O.P.* 8.

²² Estas notícias não estão integradas em *O.P.* 8.

²³ Texto não integrado em *O.P.* 8.

²⁴ Garrett coloca em itálico *cidade*, esclarecendo em nota: “No sentido jurídico.” Em *O.P.* 8, estes textos não foram integrados.

²⁵ Nas “ciências ideológicas,” colocava a moral, a história, a legislação e, por apêndice, a economia política, que, “desenvolvendo as ideias de justiça,” dirigem a “vontade” (*O Cronista* II: 84). Textos não integrados em *O.P.* 8.

²⁶ Sempre anonimamente, são publicadas no *Cronista* as odes “A rosa” (I: 37-9), “O amor maternal” (I: 63-5), “Os meus desejos” (I: 192-3), “Passeio de madrugada no Jardim Botânico de Coimbra” (II: 65-9), “A saudade” (II: 117-8), depois integradas em *Lírica de João Mínimo* (Londres, 1829), e “O Mar” (I: 78-85), só publicada no Livro I de *Flores sem fruto* (1845). A ode “O amor maternal” vem acompanhada de uma nota extensa e significativa (que alarga um pouco a que se segue ao mesmo poema, com o título de “A ternura materna,” no ms. 53 do espólio da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, compilação feita por Garrett no início do exílio); aí diz o autor, respondendo à observação que um seu conhecido “dos tempos de estudante” lhe fizera sobre a simplicidade das suas odes, despidas de adornos mitológicos: “A confessar a verdade, nem me lembra assim de cor de quatro nomes feitos de deuses da fábula. Pinto cá *d’après nature* o que posso nas minhas regrinhas curtas e compridas; [...] certos Alemães e Ingleses, que li, fizeram-me perder a devoção aos santos de Hesíodo. Não reprovo o uso da fábula; mas a tempo e horas. O muito recheio de mitologia dá às composições modernas um ar de afectação e desnacionalidade pedantescamente ridículo. – Quero fazer versos portugueses, e portuguesesmente.”

²⁷ Estes textos (nº V, I: 109-15; nº VII, I: 152-7; nº VIII, I: 176-81; nº XXI, II: 175-84) não estão naturalmente incluídos em *O.P.* 8.

²⁸ O incompleto e complexo *Liceu das damas* constitui o ms. 127 do referido espólio; parece ser formado por fragmentos compostos em datas diversas, embora a maior parte pertença sem dúvida à redacção primitiva, de 1822-23. As “Lições” publicadas no *Cronista* fazem algumas alterações ao texto original. Estudei com alguma demora o *Liceu das damas* nos capítulos VI (“Um sistema estético: a arte, retrato de Vénus”) e VII (“Da estética à crítica literária”) do vol. I da minha obra *A formação de Almeida Garrett. Experiência e criação* (Coimbra: Centro de Estudos Românicos, 1971).

²⁹ N’*O Toucador*, com o subtítulo de *Periódico sem política dedicado às Senhoras Portuguesas*, Garrett teve por colaborador Luís Francisco Midosi. Da edição do jornal levada a efeito, em 1957 (Lisboa: Portugália Editora), por Fernando de Castro Pires de Lima, fez-se uma reedição em 1993 (Lisboa: Vega).

³⁰ Garrett diz expressamente no *Liceu das damas* que o modelo desse tom e dessa mistura de prosa e verso foi Demoustier, nas *Lettres à Émilie sur la mythologie* (6 vols., Paris, 1786-1798), parcialmente traduzidas por J. Ferreira Borges, *Cartas a Emília sobre a mitologia. Traduzidas em linguagem. Primeira parte* (Paris: A. Bobée, 1819).

³¹ No nº XXI, lê-se: “Rara vez na história do universo apareceu época mais importante, fértil de mais extraordinários sucessos, pejada de mais transcendententes resultados: nunca o olho do observador político se voltou para o passado com mais espanto, nunca repousou no presente com menos quietação, nunca se estendeu pelo futuro com tanta incerteza. O homem de Estado, suspenso entre o porvir e o pretérito, sente fugir-lhe o momento actual: os sucessos vão com tal rapidez, as circunstâncias afluem com tal frequência, o mundo corre não se sabe bem para onde, mas corre; não há forças de Atlante para o suspender” (*O Cronista* II: 167; *O.P.* 8: 239).

³² A questão grega ocupa numerosas páginas d’*O Cronista*.

³³ Apenas cito um pequeno passo: “Se quiserem preparar a ordem, e assegurá-la para o futuro, é preciso, segundo me parece, fazê-la desejar, e não fazê-la temer. Para obter os efeitos da confiança, não será seguro meio excitar uma desconfiança perpétua. Qual é o país do mundo em que a ordem é menos perturbada? É aquele em que menos se tem recorrido a meios mesquinhos e miseráveis. Nos Estados-Unidos prefere-se formar os espíritos no sentido político, a exasperá-los ou embruteçê-los” (*O Cronista* nº XVIII, II: 102). Relembro o ensaio que Garrett publicou em Londres, no jornal *O Popular*, em 1826, *Da Europa e da América e de sua mútua*

influência na causa da civilização e da liberdade, em parte retomado, em 1830, em *Portugal na balança da Europa*.

Obras Citadas

- Amorim, Francisco Gomes de. *Garrett. Memórias biográficas*. 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881-1884.
- Garrett, Almeida. *Helena. Fragmento de um romance inédito. Obras do Sr. Visconde de Almeida-Garrett*. Tomo XXII. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871.
- . *O Chronista. Semanário de política, litteratura, sciencias e artes*. 2 vols. Lisboa: Imprensa do Portuguez, 1827.
- . *O Portuguez, diario politico, litterario, e commercial*. 3 vols. Lisboa: 1826-1827.
- . *O Toucador. Periodico sem politica. Dedicado às senhoras portuguezas*. Lisboa: Imprensa Liberal. Anno II. (1822). (2ª ed. Pref. Fernando de Castro Pires de Lima. Lisboa: Portugalia Editora, 1957; reed., Lisboa: Vega, 1993).
- . *Obras completas. Almeida Garrett*. Vol. 7. *Obra politica. Doutrinação da sociedade liberal (1824-27)*. Organização, fixação de textos, prefácios e notas de Maria Helena da Costa Dias, Helena Carvalhão Buescu, Luís Augusto da Costa Dias, João Carlos Faria. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.
- . *Obras completas. Almeida Garrett*. Vol. 8. *Obra Politica. Doutrinação da sociedade liberal (1827)*. Organização, fixação de textos, prefácios e notas de Maria Helena da Costa Dias, Luís Augusto da Costa Dias, João Carlos Faria. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.
- . *Obras completas de Almeida Garrett*. Grande edição popular, ilustrada. Prefaciada, revista, coordenada e dirigida por Theophilo Braga. 2 vols. Lisboa: Empresa da Historia de Portugal, 1904.
- . *Viagens na minha terra. Obras Completas de Almeida Garrett*. Vol. 4. Fixação do texto, prefácio e notas de Augusto da Costa Dias. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.
- Lima, Henrique de Campos Ferreira. *Inventário do espólio literário de Garrett*. Coimbra: Publicações da Biblioteca Geral da Universidade, 1948.
- Monteiro, Ofélia Milheiro Caldas Paiva. *A formação de Almeida Garrett. Experiência e criação*. 2 vols. Coimbra: Centro de Estudos Românicos, 1971.
- Monteiro, Ofélia Paiva. “*Helena: os dados e as incógnitas de um enigma romanesco.*” *Almeida Garrett*. Org. Maria Fernanda Abreu. *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional IV* (Lisboa, 1999). 147-73.
- Tengarrinha, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Portugalia Editora, 1965.

Ofélia Paiva Monteiro is an Emeritis Professor of the Faculdade de Letras at the Universidade de Coimbra and member of the Centro de Literatura Portuguesa (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) associated with this institution, where she coordinates research projects on Almeida Garrett. Her main areas of research are eighteenth- and nineteenth-century Portuguese and French literature (with an emphasis on Romanticism). Among other publications, she is the author of *A formação de Almeida Garrett. Experiência e criação*. 2 vols. (Coimbra: Centro de Estudos Românicos, 1971); “A poética do grotesco e a coesão estrutural de *Os Maias*.” *Leituras d’Os Maias*. Coord. Carlos Reis. (Coimbra: Livraria Minerva, 1990):

15-42; and “*Helena*: os dados e as incógnitas de um enigma romanesco,” Almeida Garrett, org. Maria Fernanda Abreu, *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional IV* (Lisboa, 1999): 147-73.
E-mail: ofeliapm@mail.telepac.pt